



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681312 - SP (2021/0226095-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DIEGO ALVES DE GODOY
ADVOGADO : DIEGO ALVES DE GODOY - SP369063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERIVALDO DIAS DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : WESLEY APOLONIO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERIVALDO DIAS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502194-52.2019.8.26.0544).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 760 dias-multa por infração ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A apelação foi julgada parcialmente procedente apenas para fixar a pena de multa em 750 dias-multa.

O impetrante alega preliminar de nulidades referentes à ilegalidade da ação policial que, a partir de denúncia anônima, culminou na apreensão de drogas e no cerceamento de defesa devido a não observância do disposto no art. 28-A, § 14, do Código de Processo Penal quanto ao oferecimento da proposta de acordo de persecução penal.

Pugna pela absolvição do paciente, com fundamento no art. 386, IV, do Código de Processo Penal, em razão da contradição existente no relato dos policiais e o da testemunha.

Alega que o paciente preenche todas as condições para a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, no seu patamar máximo, com a fixação do regime aberto para início do cumprimento de pena, nos termos do art. 33, § 2º, alínea c, do Código Penal.

Sustenta que a pena-base deve ser fixada no mínimo legal, pois foi

aumentada apenas em função da quantidade de drogas e não há fundamentação com a concreta demonstração de quais circunstâncias judiciais seriam desfavoráveis ao paciente para a utilização da fração.

Requer, liminarmente, a garantia do direito à liberdade do paciente com a consequente expedição de alvará de soltura, ainda que aplicadas as medidas cautelares diversas da prisão até a confirmação da existência das ilegalidades aduzidas, com a cassação definitiva do acórdão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente